

A ATUAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR NA IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS INCLUSIVAS

Milena da Silva Guilherme ¹
Luciana Leandro da Silva ²

RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade apresentar algumas reflexões a partir da experiência vivenciada na disciplina de Estágio Supervisionado I em Gestão, do Curso de Pedagogia, na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), o qual está fundamentado na indissociabilidade entre teoria e prática e na pesquisa como estratégia para a compreensão das diferentes dimensões da gestão escolar. A experiência e a pesquisa realizada com o tema “**A atuação da gestão escolar na implantação de políticas educacionais inclusivas numa escola de Anos Iniciais do Ensino Fundamental no município de Campina Grande/PB**” teve como objetivo principal analisar a atuação da gestão da gestão escolar na implantação das políticas educacionais inclusivas. A fundamentação metodológica pauta-se na pesquisa qualitativa (Minayo, 1994) e os instrumentos de coleta utilizados foram: observação participante com apoio do diário de campo, análise do Projeto Político Pedagógico da escola estudada e entrevistas semiestruturadas. O referencial teórico está fundamentado em Mantoan (2003), Sassaki (2003) e Aranha (2001). Como principais resultados destaca-se que as visitas à escola possibilitaram compreender a realidade vivenciada na instituição, assim como os desafios e as possibilidades da gestão no que concerne à implantação de políticas inclusivas. Ao fim do estágio, foi possível compreender a relevância do estágio em gestão escolar para a formação no curso de Pedagogia, pois possibilita relacionar as teorias discutidas no âmbito acadêmico à prática vivenciada no ambiente escolar. A pesquisa realizada no estágio também permitiu compreender a relevância do papel da escola e a sensibilidade da gestão escolar no sentido de viabilizar uma Educação Inclusiva, no entanto foram constatados muitos obstáculos tais como falta de recursos, acessibilidade e suporte formativo para os profissionais.

Palavras-chave: Estágio Supervisionado, Gestão Escolar, Educação Inclusiva.

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande- UFCG; Bolsista no grupo PET-Pedagogia da UFCG. milena.guilherme@estudante.ufcg.edu.br

² Doutora em Educação pela Universidad Autónoma de Barcelona, Professora da Unidade Acadêmica de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFCG luciana.leandro@professor.ufcg.edu.br

Projeto de Pesquisa desenvolvido no âmbito do componente curricular de Pesquisa Educacional I que faz parte do Curso de Pedagogia da UFCG.

INTRODUÇÃO

O presente estudo advém da disciplina de Estágio Supervisionado I em Gestão, do curso de Pedagogia da UFCG, que segue o princípio de expressar indissociabilidade entre teoria e prática, utilizando a pesquisa como meio de possibilitar a compreensão da gestão escolar. Cabe ressaltar que o projeto desta pesquisa foi desenvolvido no componente curricular de Pesquisa Educacional I, parte do curso.

Inicialmente, através de uma inquietação pessoal, em que apenas diante do surgimento de uma criança com necessidades especiais, a instituição que estudava tomou medidas para adequar o espaço, questionei-me quais atitudes que a gestão escolar deveria fazer para promover a inclusão. Posteriormente, as perguntas foram se delineando para enxergar o ponto de vista da gestão. Assim, este estudo pauta-se questionamento sobre quais seriam as principais dificuldades e possibilidades da atuação da gestão escolar na implantação de políticas educacionais inclusivas na escola pública.

O objetivo principal foi analisar a atuação da gestão escolar na implantação das políticas educacionais inclusivas na escola pública e contribuir para a discussão da temática, com intuito de compreender como a educação inclusiva está sendo enxergada as principais dificuldades que os gestores enfrentam em sua atuação no âmbito escolar, visando a garantia dos direitos assegurados por lei, diante da relação gestão e políticas inclusivas.

A inclusão escolar na contemporaneidade é um tema bastante debatido no contexto educacional, com intuito de garantir o direito dos cidadãos, promover o desenvolvimento dos cidadãos, construir relações de pertencimento na escola, combater a exclusão social, alterar o posicionamento do sujeito sobre o mundo, e contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária, a qual valoriza as diferenças. Outrossim, essa discussão permite a reflexão sobre medidas as quais precisam ser repensadas, bem como as atitudes, as práticas pedagógicas e os ambientes escolares.

Assim, a implementação de políticas educacionais inclusivas exige empenho da equipe gestora para que o ambiente escolar se torne um espaço inclusivo, implicando considerações de cunho estrutural e cultural para que todos alunos tenham seu direito de educação assegurados, promovendo equidade para o pleno desenvolvimento do cidadão, inclusão social e rupturas sociais, políticas e econômicas.

A experiência do estágio ocorreu em uma instituição pública municipal que atende crianças da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Pré II ao 5º ano), localizada em um bairro periférico de Campina Grande (PB). Uma parte significativa dos habitantes do bairro, encontram-se em situação de vulnerabilidade social, consideradas famílias de baixa renda. A escola é de pequeno porte, obtendo apenas 5 salas de aulas. No período da pesquisa, no ano de 2023, atendia 218 alunos, incluindo 22 crianças com Necessidades Educacionais Especiais (NEEs), entre elas uma com deficiência física e os outros, com transtornos diversos.

A partir deste estudo, foi possível compreender a realidade vivenciada pela gestão, observando os desafios enfrentados e as atitudes ou medidas necessárias para afirmar o compromisso com as crianças, a comunidade e a educação, demonstrando resiliência diante das barreiras do sistema educacional

O artigo está organizado da seguinte forma: inicialmente apresenta-se a metodologia, destacando os procedimentos metodológicos adotados. Em seguida, o referencial teórico com os principais conceitos da pesquisa. A terceira parte, pauta-se na análise realizada entre os documentos que regem as políticas inclusivas e os dados obtidos. Por fim, são expostos aspectos importantes na breve conclusão deste estudo.

METODOLOGIA

Partindo dos objetivos traçados, considerou-se pertinente a abordagem qualitativa, defendida por Minayo (1994) como o estudo de fenômenos sociais, vivências do cotidiano as quais oportunizam a observação com inteireza de detalhes sobre os significados, e significações atribuídas, expressas em atitudes. Além disso, Gil (1999) ressalta que utilização deste procedimento proporciona o aprofundamento das questões ligadas ao fenômeno, põe em evidência a valorização do contato da situação em estudo, mantendo-se aberto à percepção da individualidade e alguns conceitos, desta forma possibilitando compreender os aspectos intrínsecos na percepção da gestão escolar sob a as políticas inclusivas.

Os instrumentos de coleta de dados utilizados na investigação foram: observação participante, com apoio do caderno de campo (Bogdan; Biklen, 1994), a revisão bibliográfica e análise documental do Projeto político pedagógico da escola estudada, a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei n 13.146/2015), o Plano Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a Resolução N° 4 de 2 de outubro de 2009 que institui diretrizes operacionais para o AEE.

Em um primeiro momento, a observação permite analisar a singularidade das situações, pois “possibilita um contato pessoal estreito do pesquisador com o fenômeno pesquisado” (Ludke; André, 1986, p.26.). Segundo Denzin (1978 apud Ludke e André, 1986, p. 28) observação participante “é uma estratégia de campo que combina simultaneamente a análise documental e a entrevista de respondentes e informantes a participação e a observação direta e a introspecção”.

Os registros ocorreram de forma descritiva no diário de campo da pesquisa, no qual foram registradas observações sobre a infraestrutura da escola, das relações interpessoais entre os sujeitos da pesquisa, as conversas informais com alguns funcionários da instituição e as entrevistas com membros da equipe gestora.

Segundo Gil (1987) a entrevista é uma forma de diálogo em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação. Por meio dela ocorre viabilização de um relacionamento direto com o objeto de estudo, possibilitando o aprofundamento das questões ligadas ao fenômeno evidenciando os ideais defendidos pelos entrevistados, percepções, atitudes, se estão dispostos a garantir os direitos preservados pela Constituição Federal de 1988.

O tipo de entrevista utilizada foi a semi-estruturada, caracterizada por ter questões abertas, que demarcam o foco da pesquisa, mas que também permite que o pesquisador inclua novos questionamentos, a depender das respostas dos entrevistados. As entrevistas foram realizadas com alguns membros da equipe gestora: Diretora e coordenadora pedagógica. De acordo com o Triviños (1987) a entrevista semi-estruturada traz consigo questionamentos básicos apoiados em hipóteses ou teorias básicas sobre o tema fundamentados pelos pesquisadores.

A revisão bibliográfica foi realizada a partir de documentos, artigos e livros. Mediante Lakatos e Marconi (2003), esta etapa permite a compreensão do que já foi estudado sobre o tema, e buscando evitar também a duplicidade de estudos, além de embasar teoricamente os estudos. Nesse período, o pesquisador adquire conhecimentos e valida a importância do seu estudo.

O último instrumento é a análise do documental considerado por Phillips (1974 apud Ludke e André, 1986 , p.38) " quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação sobre o comportamento humano". Esta análise proporciona a identificação de informações em documentos que fundamentam o desenvolvimento da pesquisa, caracteriza-se por ser uma fonte estável e rica de dados. Os documentos analisados no âmbito escolar devem ser a proposta pedagógica da escola, e o livro de ocorrências disponibilizado pela instituição.

Para Bogdan e Biklen (1994) a ética consiste nas normas relativas aos procedimentos considerados corretos e incorretos por alguns grupos, ressaltando questões que dominam o panorama no recente âmbito da ética: o consentimento informado e a proteção do sujeito contra quaisquer espécies de danos. Em síntese a ação e comportamento o humano estará pautado em crenças sobre suas atitudes ou pensamentos em ser o não correto, de acordo com os valores sociais valorizados.

REFERENCIAL TEÓRICO

Mantoan (2003) concebe que “ a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral.” Desta forma, compreende-se que a educação inclusiva visa garantir o direito constitucional de uma educação para todos os cidadãos, assim o ambiente escolar deve estar preparado para receber qualquer estudante independentemente de suas diferenças.

Conforme Aranha (2001) “a ideia da inclusão se fundamenta numa filosofia que reconhece e aceita a diversidade, na vida em sociedade. Isto significa garantia do acesso de todos a todas as oportunidades, independentemente das peculiaridades de cada indivíduo e/ou grupo social”. Cabe ressaltar que a inclusão implica na participação ativa de todas as atividades escolares a escola deve ser organizada, assim observa-se a necessidade de compreender a ideia de integração.

Nesta perspectiva, torna-se imprescindível destacar a diferenciação entre integração e inclusão discutidas por Sasaki (2003) como categorias distintas, uma vez que a integração consiste no processo de adaptação do sujeito ao meio e a inclusão no processo de adaptação do meio para receber o sujeito.

Referindo-se aos documentos que regem as políticas inclusivas, a Declaração de Salamanca (1994) é um marco importante neste âmbito da educação, pois atribuiu diretrizes fundamentais para que haja educação para todas as crianças, nas escolas regulares. Além disso, no Brasil a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei n 13.146/2015) destaca os direitos da pessoa com deficiência para a vida em sociedade, e visando o pleno desenvolvimento dos indivíduos.

Ademais, cabe ressaltar que as políticas inclusivas no Brasil estão alicerçadas, na Constituição Federal de 1998, especificamente na garantia de acesso à educação. E sendo ampliadas em documentos os quais trazem regulamentações e princípios de maneira mais detalhada e específica. No Plano Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva define que “Os sistemas de ensino devem organizar as condições de acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e à comunicação que favoreçam a promoção da aprendizagem e a valorização das diferenças, de forma a atender as necessidades educacionais de todos os alunos”.

A gestão escolar possui um papel muito importante no que concerne a implantação de políticas públicas inclusivas. Portanto deve trançar decisões, à vista de uma efetiva promoção de inclusão, de acordo com as necessidades da comunidade vigente, ou seja, suas ações são mediadas conforme as demandas.

A Gestão Democrática é uma ferramenta fundamental, no que concerne a tais objetivos. Sendo definida por Conceição (2006) como a participação consciente do coletivo escolar em busca de uma identidade para instituição educativa que responda os anseios da comunidade.

Desta forma, destaca-se a importância de preceito democráticos quanto às tomadas de decisões para constituir-se em consonância às políticas inclusivas. Com isso, além da equipe gestora, todos membros da comunidade escolar da escola devem participar ativamente das atividades cotidianas da escola e tomadas de decisões, considerando-se uma peça relevante o desenvolvimento dos estudantes, da instituição e na construção de uma escola inclusiva que transcende os recursos assegurados nas políticas inclusivas.

Alinhando-se com a perspectiva teórica que delinea-se a inclusão educacional como uma modalidade a qual transcende mudanças em requisitos curriculares e físicos, mas em transformações que partem da ruptura dos paradigmas, concepções e ideias impostas pela sociedade sobre indivíduos com NEEs, consolidando a mudança na forma de enxergar e entender o mundo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Mediante a observação acerca da articulação entre a gestão e a comunidade escolar, pode-se constatar uma relação harmônica da diretora e demais funcionários com a comunidade, em conversas informais este respeito e consideração estão visíveis. Ademais, a participação das famílias na escola é significativa em momentos destinados a estes.

Na trajetória recente da educação inclusiva, para que as políticas fossem implementadas, foram criados programas como a sala de recursos multifuncionais, adequação de prédios escolares para acessibilidade, adaptações nos currículos, o Atendimento Educacional Especializado (AEE), a formação continuada dos professores para inclusão.

Em contrapartida, na vivência educacional não foram encontradas adequações às supracitadas. Inicialmente, o primeiro desafio a ser enfrentado diz respeito à infraestrutura da unidade, que obtêm condições físicas de deslocamento difíceis, como por exemplo, para ter acesso há algumas salas de aula é preciso utilizar escadas, bem como os banheiros destinados aos meninos e meninas.

Desse modo, objetivando traçar caminhos para a consolidação de uma escola inclusiva, conforme as observações realizadas, urge a necessidade da gênese de políticas públicas voltadas a melhorias das condições estruturais para recepcionar alunos com deficiências físicas, melhorando assim, suas condições de deslocamento e consequentemente promovendo igualdade de condições para a participação na instituição escolar.

Perante o art. 3º da Lei Brasileira de Inclusão para fins de aplicação desta Lei, consideram-se:

I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.(BRASIL, 2015 p.8)

Além disso, diante da lei, a acessibilidade também perpassa na adequação de informações, assim os educadores devem realizar esta adequação nos momentos de ensino-aprendizagem. Em uma conversa informal com uma educadora, foi destacado

que mediante a necessidade de fazer adaptações em atividades para os alunos, a profissional teve a iniciativa de começar a estudar como proceder estas adaptações. Isto evidencia, que não há medidas auxiliares dos professores, para sua atuação mediante o processo de inclusão.

O Atendimento Educacional Especializado ocorria uma vez na semana uma vez por semana em horário de aula, em um espaço inadequado, pois a sala destinada era utilizada como uma biblioteca, sala de professores, sala de reforço, espaço para guardar alguns materiais pedagógicos, instrumentos, brinquedos e jogos. O profissional responsável pelo atendimento, atendia mais de uma instituição.

No 5 artigo da Resolução Nº 4, de 2 de outubro de 2009, é esclarecido a obrigação do AEE ser realizado em salas multifuncionais, no período inverso de aula e pode ocorrer em uma unidade, a qual faz o atendimento, conveniada com a Secretaria de Educação. No entanto, devido a localização do bairro, o acesso a essas unidades do município apresenta-se ser distante para a realidade vivenciada.

É preciso entender e analisar, assim torna-se necessário fazer com que todos entendam o que realmente é a educação inclusiva para que novas práticas sejam estabelecidas. Segundo MEC (2004, p.10), uma escola inclusiva implica em “[...] transformações no contexto educacional: transformações de idéias, de atitudes, e da prática das relações sociais, tanto no âmbito político, no administrativo, como no didático-pedagógico”.

Destarte esse cenário deve ser estabelecido conforme decisões da equipe gestora, em princípio. De acordo com SAGE (1999):

O diretor deve ser o principal revigorador do comportamento do professor que demonstra pensamentos e ações cooperativas a serviço da inclusão. É comum que os professores temam inovação e assumam riscos que sejam encarados de forma negativa e com desconfiança pelos pares que estão aferrados aos modelos tradicionais. O diretor é de fundamental importância na superação dessas barreiras previsíveis e pode fazê-lo através de palavras e ações adequadas que reforcem o apoio aos professores. (SAGE, 1999, p. 138)

Decisões de gestores devem ser traçadas em função de uma educação que realmente seja inclusiva sendo assim, a escola inclusiva é aquela que fornece um ensino com qualidade para todos os alunos, respeitando a diversidade e considerando as potencialidades e necessidades de cada um (BRASIL, 2004).

Segundo o discurso da gestão da escola há dois alunos com NEEs, um cadeirante e outro com Transtorno do Espectro Autista (TEA), que estão matriculados na instituição, no entanto, não frequentam o ambiente por não obter apoio escolar para

atender suas especificidades. Nota-se que a Inclusão plena do aluno não está ocorrendo, devido a falta do apoio escolar para atender suas especificidades, ferindo o direito constitucional disposto na Lei Nº 13.146 de 6 de Julho de 2015 que torna a oferta de profissionais de apoio escolar como dever do poder público assegurar este cargo, visto sua necessidade.

Enquanto ações propostas pela gestão para o processo de integração inclusivo no Projeto Político Pedagógico não há ações de caráter inclusivo que evidenciem a inclusão de alunos com NEEs, adaptações ou serviços, bem como, a institucionalização do AEE. Conforme a LBI de 2015 define no artigo 28 que o PPP deve apresentar.

Mediante, as necessidades de adequações em relação aos alunos, a gestão destinou enquanto ao apoio escolar que um profissional tendo condições deveria cuidar de mais de uma criança. Além disso, foi criado o reforço escolar para alunos que apresentam dificuldades na aprendizagem, esta foi uma medida tomada pela gestão em detrimento das demandas, a fim de gerar igualdade de condições em relação ao ensino.

Assim observa-se que para haver uma garantia de implantação das políticas educacionais inclusivas, muitos fatores devem corroborar a fim de acontecer, conforme o discurso da gestora uma das principais dificuldades é a falta de recursos e profissionais de apoio escolar. A gestora realizou diversas solicitações requerendo recursos e profissionais, no entanto as respostas obtidas não eram positivas para a instituição.

Por intermédio da entrevista, ao ser solicitada uma definição para inclusão, a diretora reportou que para exercer o seu cargo é necessário ter sensibilidade para ajudar os alunos, assim destaca-se a ideia de promoção igualdade de oportunidades, bem como garantir o acesso à educação.

Em síntese, destaca-se que a falta formação para os professores e o apoio escolar, além de propostas e apoio por parte da Secretaria de Educação, bem como de recursos financeiros destinados para a construção de uma instituição melhor. Em clarividência observa-se a sensibilidade para com a Educação Inclusiva, salientado pela comunidade, visto a demanda de alunos NEE demonstrando querer fazer parte da instituição ser consideravelmente alta, pois como a escola tem muito apoio da gestão e boa relação com a comunidade, aponta-se como um lugar que todos serão bem acolhidos, embora muitos haja muitos obstáculos.

A atuação gestão possui um papel importante para a implantação das políticas educacionais inclusivas asseguradas, pois deve lutar diante do sistema educacional a fim de oferecer assistência de acordo com as necessidades da comunidade vigente, ou seja, suas ações são mediadas conforme as demandas. Segundo Libâneo (2007) deve ser considerado o caráter intencional de suas ações e intenções sociais que estabelecem entre si o contexto sociopolítico nas formas democráticas de tomadas de decisões, especificamente por representar um sistema agregado de pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Torna-se imprescindível evidenciar que, além da equipe gestora e toda comunidade escolar, a instituição reflete também as concepções de ensino adotadas pelo sistema educacional, seja de ordem municipal, estadual ou federal. Assim, a efetivação de políticas inclusivas depende do sistema educativo, referindo-se ao apoio necessário para os alunos, principalmente no contexto de luta pelos direitos assegurados em Lei.

Observa-se, portanto, que para haver a implantação das políticas educacionais inclusivas, diversos fatores devem colaborar a fim de acontecer. Com isso, todos membros da Comunidade escolar devem participar ativamente das atividades cotidianas da escola e tomadas de decisões, considerando-se uma peça relevante o desenvolvimento dos estudantes, da instituição e na construção de uma escola inclusiva que transcende os recursos assegurados nas políticas inclusivas.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, M. S. F. Inclusão Social e Municipalização. In: Novas Diretrizes da Educação Especial. Governo do Estado de São Paulo: Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, 2001.
- BOGDAN, R.C; BIKLEN, S. K. Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto Editora, 1994, p. 47-51.
- BRASIL, Casa Civil, Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009.
- BRASIL, Casa Civil, Ministério da Educação/Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>.

BRASIL, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

BRASIL. Educação inclusiva: a escola. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004. v. 3.

CONCEIÇÃO, M. V. et al. Gestão Democrática da Escola Pública: possibilidades e limites. Unirevista, São Leopoldo, v. 1, n. 2, p. 1-9, 2006.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LIBÂNEO, José Carlos. A organização e a gestão da escola: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2007.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

PIMENTA, Selma Garrido. LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência: diferentes concepções; Revista Poiesis -Volume 3, Números 3 e 4, pp.5-24,2005/2006

SAGE, Daniel D. Estratégias administrativas para a realização do ensino inclusivo. In: STAINBACK, Susan; STAINBACK, William (Orgs.). Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999. p.129-141.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.